

IX Colóquio Internacional Marx e Engels
GT – Economia Política

Green grabbing: apropriação da natureza enquanto prática financeira¹

Orlando Aleixo de Barros Junior²

As transformações recentes no capitalismo não são apenas de caráter material, há novos discursos e práticas que levam à intensificação da realidade agrária e etnoambiental dos países, mormente, os países em desenvolvimento e ricos em biodiversidade. No debate do cenário global, institui-se uma noção de “economia verde” que está integrada à lógica de uma modernização ecológica – como a tônica do discurso dominante - em resposta a uma crise ambiental que se desenha a partir dos anos 60. Há nos discursos das instituições capitalistas uma emergência pela preservação ambiental e ecológica, ao passo, que esses discursos passam a se tornar um componente imperativo para o próprio funcionamento das instituições multilaterais capitalistas, assim, como se torna um componente das práticas dos governos.

É interessante observar que essa intensificação se dá também em um momento em que formularam-se questões que concernem o mercado de trabalho, às inovações tecnológicas, questões ambientais, bem como novos modelos de acumulação e regulamentação que impõem, especialmente, à América Latina, características e especificidades à integração na dinâmica capitalista (DOMINGUES, 2009). Nesse sentido, imprime-se um paradoxo no tocante ao processo histórico de modernização destes países, especialmente na modernização do campo, além dos limites e contradições que esta modernização impõe na contemporaneidade, produzindo impactos diretos na vida da população, na biodiversidade, na economia e na base material da vida.

Tais transformações levaram a uma valorização - no sentido rigoroso da palavra – da natureza, dos ecossistemas e da terra, e a valorização dentro do conjunto de processos de acumulação de capital. Dessa maneira, o capital financeiro passa a ser central nas

¹ Este ensaio faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, também vinculada ao Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas, coordenado pelo professor Sergio Pereira Leite.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

relações econômicas e sociais em um contexto da mundialização financeira que já vinha se desenhando desde a metade dos anos 70 com a desregulamentação do setor financeiro internacional e com a chamada crise de acumulação fordista.

Como afirmam Fairhead, Leach e Scoones (2012), parte da transformação do capitalismo que perpassa a natureza, passa por uma inflexão ao modelo neoliberal-financeirizado e a liberalização da governança ambiental, possibilitando a privatização e a mercantilização da natureza sob a égide de um capitalismo verde. Essa mercantilização se traduz na apropriação e na alienação da natureza ao capital. Assim como cria uma disputa geopolítica pelo controle dos recursos naturais e energéticos (FERREIRA, 2016).

A possibilidade de financeirizar a natureza viabilizou a criação e a consolidação de instituições e instrumentos que adotam cada vez mais estratégias globais de longo prazo na criação de oportunidades de acumulação a partir da extração e controle dos recursos naturais. A partir dos anos 2000 observa-se um marco na expansão dos investimentos no setor agro-mineral e na extração de recursos naturais. Com destaque para os anos após a crise financeira de 2008, que intensificou ainda mais a corrida por recursos naturais e energéticos (FERREIRA, 2016).

Desse modo, podemos observar uma intensificação não desprezível da atuação de investidores institucionais financeiros, principalmente, não bancários, na oferta de crédito, controle, gestão e apropriação dos recursos naturais na América Latina em geral, assim como no Brasil em particular. A presença desses investidores financeiros estrangeiros transforma a rotina das populações locais e reconfigura a atuação do Estado brasileiro na ordem econômica, social e política. Portanto, compreender a atuação desses atores no que diz respeito ao controle dos recursos naturais e da terra, nos ajuda a desvendar questões que estão se desdobrando atualmente.

Para que possamos compreender a dinâmica atual, destaca-se a vasta literatura e produção sobre o complexo processo denominado *global land grabbing* ou *acaparamiento de tierras* no cenário mundial, tais conceitos ainda encontram-se sob estudos sistemáticos. Muitos pesquisadores passaram a aprofundar seus estudos a partir de 2008 sobre *land grabbing*, incluindo as noções de *green grabbing*, *water grabbing* e etc. O *land grabbing* consiste, basicamente, na aquisição (compra ou arrendamento), no controle da terra e dos recursos hídricos, minerais e florestais, predominantemente por estrangeiros, que decorre das atuais crises: financeira, alimentar e energética (McMICHAEL, 2012). De acordo com Ferreira (2016), essa tripla crise instaurou uma

corrida por recursos naturais e energéticos no mundo, assim como deu um novo impulso na expansão da indústria extrativa e energética.

Assim, nesta comunicação, apresentamos resultados preliminares de uma pesquisa em andamento que busca compreender certas disputas que estão sendo impostas para o campo brasileiro, no qual é possível considerar um aumento substancial da investida do capital financeiro estrangeiro aliado ao grande capital agroindustrial e extrativista, principalmente, a partir dos anos 2008. A apropriação da natureza tem sido cada vez mais feita pra além do Estado, por instituições financeiras não bancárias e fundos coletivos de investimento. Não se trata, portanto, exclusivamente de empresas especializadas nestes setores, mas que possui um de seus sustentáculos na drenagem de recursos naturais para geração de divisas.

O processo de *green grabbing* tem sido amplamente aperfeiçoado pelos investidores institucionais financeiros estrangeiros, pois encontram na natureza a chave para ampliação da carteira de ativos e para geração de receitas. Escolhemos um exemplo expressivo no Brasil com propósito de evidenciarmos a apropriação da natureza por atores financeiros estrangeiros, representado pelo fundo de investimento canadense Brookfield Asset Management, uma das líderes globais em gestão de ativos alternativos e que tem o Brasil como um dos maiores alvos de investimento.

Nesta apresentação, procuramos desenvolver de forma sintética a noção de *green grabbing* podendo ser traduzido para “apropriação verde” que passa a significar “a apropriação da terra e dos recursos para propósitos ambientais” (CORSON e MacDONALD, 2012, p. 263 apud SAUER e BORRAS, p. 25, 2016) integrado ao capital financeiro internacional. Compreendendo que trata-se de um processo histórico já conhecido de apropriação de recursos naturais de longo prazo, baseado numa dominação, ao mesmo tempo, colonial e neoliberal em nome do meio ambiente. Contudo, há novas maneiras de se apropriar da terra e dos recursos naturais, intimamente ligadas à arquitetura financeira.

Utilizaremos o termo “apropriação” da natureza, partindo da noção de que, em linhas mais gerais, consiste em uma transferência da propriedade da terra, dos direitos de uso e controle sobre ela e sobre os recursos naturais, tal transferência:

[...]pode se dar via diferentes tipos de transações – legais, ilegais ou mesmo não legítimas –, o que não necessariamente implica em compra, pois há muitos casos de *leasing* ou arrendamentos, mas sim no controle sobre terras e sobre recursos” (SAUER e BORRAS, 2016, p. 13).

Destacamos, especialmente, a análise de Marx ([1867] 2017) com intuito de contextualizar e ter como ponto de partida o processo histórico de apropriação privada da terra e a privatização dos recursos naturais quando da análise da “acumulação primitiva”, entendendo que “não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (Marx, 2017). Nesse sentido, ao verificar o impacto dos cercamentos de terras na Inglaterra no processo de industrialização, bem como a transformação da terra em mercadoria, Marx entende a expropriação da terra que anteriormente pertencia ao camponês, como a base de todo o processo.

A terra expropriada, se constitui então como capital e mercadoria ao passo que o trabalhador, destituído de tudo, se vê obrigado a vender a sua força de trabalho e, mais que isso, foi historicamente conduzido a reconhecer como legítima esta forma de organização econômica e social, que é o modo de produção capitalista (2017, p. 808-809)

De acordo com o autor o capitalista não é originário apenas do processo de expropriação, ao passo que esse processo pode ser considerado uma base. Mas, o que se cria é uma parcela de grandes proprietários fundiários, e no decorrer do processo histórico, a formação de uma classe de arrendatários capitalistas passa a envolver tanto a exploração da terra, quanto dos recursos que ela oferece. Conforme observa Harvey (2004):

Uma observação mais atenta da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla categoria de processos. Estas incluem a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade – comum, coletiva, estatal, etc. – em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; **a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais**; a monetarização das trocas e arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito. (2004, p. 109) (grifo do autor)

Avançando nas análises sobre a mercantilização da terra, da natureza e sua consequente financeirização, Harvey (2004) nos oferece um potencial analítico para interpretar a dinâmica capitalista nos dias atuais, assim como as transformações sociais,

seja na conformação do capitalismo em geral, seja nas estratégias do capitalismo na apropriação da natureza, por intermédio de uma acumulação por espoliação.

A acumulação por espoliação passa por todas as formas de acumulação privada, da capacidade de produção e destruição do espaço, muitas vezes para fins urbanos-industrias, para plantações agrícolas; na apropriação de recursos naturais; na mercantilização da natureza, e, no caso dos últimos anos num contexto de um protagonismo financeiro, na apropriação da natureza para fins especulativos. O processo especulativo visto pela ótica do conceito de *green grabbing* possui um dos aspectos centrais, porque o sistema financeiro tornou-se um centro de atividade redistributiva, atraindo dinâmicas que antes eram exógenas à natureza, desse modo, os recursos naturais passam a fazer parte de transações financeirizadas (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012).

Assim, destacamos que o grupo Brookfield está presente em 30 países e com cerca de 115 anos de atuação no Brasil³, detinha até o ano de 2016 aproximadamente US\$ 250 bilhões em ativos sob gestão, sendo que cerca de US\$ 100 bilhões estão distribuídos entre os ativos alternativos, como petróleo, gás, terras, estradas e ferrovias em mais de 30 países. O fundo é financiado por cerca de 350 investidores, dentre eles: fundos soberanos, fundos de pensão e family offices.

A empresa está presente em 18 estados no Brasil, atuando principalmente, no setor agropecuário, florestal, de infraestrutura, imobiliário e de energia renovável a partir da produção de biomassa da cana-de-açúcar e energia eólica. Além disso, no final do ano fiscal em 2016, a gestora concentrava cerca de R\$ 60 bilhões em ativos sob gestão no Brasil. A maior parte desses investimentos requer o uso da terra e dos recursos naturais como recurso estratégico para o circuito produtivo, assim como para o mercado de futuros e de crédito de carbono.⁴

De acordo com as informações coletadas, o segmento de “Recursos Sustentáveis” abarca o setor de agropecuária e florestal. Em 2016 o grupo fechou o balanço em R\$ 5,8 bilhões de reais em ativos sob gestão para estes setores no Brasil. Na área de

³ O fundo atua no Brasil desde 1899 com a criação da Light and Power Company (Light), quando um grupo de investidores canadenses vieram ao Brasil para desenvolver um sistema de iluminação pública e transporte coletivo que seriam movidos a energia elétrica.

⁴ Ainda sob o nome de Brascan Energética (hoje Brookfield Energia Renovável), foi a primeira empresa do setor no Brasil a gerar créditos de carbono.

reflorestamento atua em 7⁵ estados. Gere e opera diretamente 34 propriedades do setor, além disso, possui contratos de parceria rural com outras 350 propriedades.

Além do segmento em “Recursos Sustentáveis” o grupo também investe na geração e produção de energia. Com o segmento “Energia Renovável” a empresa detém no país um portfólio composto por 41 usinas hidrelétricas, cinco parques eólicos e quatro usinas de geração de energia a partir da biomassa de cana-de-açúcar. Com a utilização dessas fontes energéticas em diferentes estados do país, acabam por alcançar 26 bacias hidrográficas e 10 estados. Além disso, uma de suas mais recentes aquisições diz respeito a um aporte de cerca de R\$ 650 milhões na Renova Energia, em troca do controle do Complexo Alto Sertão III⁶. Importante observar que todos esses componentes comportam cerca de R\$ 10,5 bilhões de ativos sob gestão e estão sob influência das previsões futuras de preço, isto é, do mercado de futuros e da comercialização de crédito de carbono.

Estes atores se relacionam entre escalas locais e globais e estão profundamente inseridos nas redes capitalistas. Utilizando, inclusive, de instrumentos e produtos financeiros, como a compra de debêntures conversíveis, para capturar terras e recursos naturais. Desse modo, as relações e articulações de direito, controle e apropriação de recursos naturais estão sendo reestruturadas e reconfiguradas por instituições financeiras privadas, fóruns globais e organizações internacionais (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012).

Quando o capital financeiro incorpora essas novas dinâmicas “verdes” possibilita a multiplicação e a dinamização do valor financeiro da natureza com custos diferenciais e de oportunidades, auxiliando no processo de especulação. Os processos ecológicos passam a dar lugar a serviços ambientais de forma a obter lucros e responder a atual expansão do capital (CORSON e MacDONALD, 2012), como, por exemplo, as florestas tropicais e a capacidade de suas árvores serem fontes para comercialização de crédito de carbono e acordos de Redução de Emissões por Diminuição do Desmatamento (REDD+). Assim, o valor da natureza é construído e executado dentro da arquitetura financeira.

Assim, podemos pensar nos últimos anos em uma acumulação por espoliação dominada pelas finanças em que apropriação da natureza - em sua totalidade: terra, água, minério e etc - em territórios estrangeiros é a ponta de lança para uma acumulação que passa a se concretizar por intermédio do crescimento dos investimentos financeiros, na

⁵ Mato Grosso do Sul; Santa Catarina; São Paulo; Minas Gerais; Espírito Santo; Bahia.

⁶ Disponível em: < <http://www.renovaenergia.com.br/pt-br/nossos-negocios/eolica/paginas/operacao.aspx> > Acesso em: 13/02/2018

busca pela elevação dos seus rendimentos, paralelo à capacidade de produção e na drenagem dos recursos naturais que a própria natureza oferece. Muito porque há uma incorporação de espaços que anteriormente não se encontravam na dinâmica do capitalismo privado de grande escala, voltado para o mercado externo e para a criação de mais capital-dinheiro, descolado muitas vezes da produção.

Referências Bibliográficas

CORSON, Catherine e MacDONALD, Kenneth I. Enclosing the global commons: the convention on biological diversity and green grabbing. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 39, nº. 2, 2012, p. 263-283.

DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Cap. 2. Desenvolvimento, globalização e busca de alternativas (pp. 77- 128).

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**. Vol. 39, nº 2, 2012, p. 237-261.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. A luta pela energia. Crise do capitalismo e a nova ofensiva global pelos recursos naturais pós-2000. *Le Monde Diplomatique* (Brasil), v. 104, 2016

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. O “novo imperialismo”: acumulação por desapossamento (Parte II), 2003. Disponível em: <https://docslide.com.br/documents/david-harvey-acumulacao-por-desposessao.html>. Acessado em 28 de agosto de 2017

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2004.’

_____. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Rubens Enderle (trad.). - 2ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

McMICHAEL, Phillip. “The land grab and corporate food regime restructuring”, *The Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, p.681-701, 2012).

SAUER, Sergio; BORRAS Jr., Saturnino. ‘Land grabbing’ e ‘green grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. *Campo – Território*, v.11, n.23, jul., 2016.